

SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A. - CNPJ: 76.494.806/0001-45**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018****Balanco patrimonial**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2019	2018	Passivo	Nota explicativa	2019	2018
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	8	20.039	66.666	Passivo circulante			
Contas a receber de clientes	9	24.735	31.501	Fornecedores	17	3.620	4.754
Partes relacionadas	10	2.890	3.599	Empréstimos e financiamentos		-	73
Estoques		641	676	Arrendamento mercantil	18	2.802	-
Despesas antecipadas	11	786	7.091	Obrigações sociais e trabalhistas	19	11.936	13.696
Tributos a recuperar	12	3.598	3.494	Obrigações tributárias	20	8.240	3.602
Outras contas a receber		2.708	3.635	Comissões e bonificações		1.768	1.468
				Partes relacionadas	10	75	74
				Dividendos a pagar	23.d	-	16.209
Total ativo circulante		55.387	116.662	Outras contas a pagar		1.304	10.686
Ativo não circulante							
Tributos a recuperar	12	1.083	-	Total passivo circulante		29.745	50.562
Depósitos judiciais	21.b	3.068	2.953	Passivo não circulante			
Ativo fiscal diferido	22.a	4.320	4.760	Empréstimos e financiamentos		-	9
				Arrendamento mercantil	18	20.508	-
Direito de uso	14	23.002	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21.a	3.258	4.489
Investimentos	13	7.493	-	Outras contas a pagar		179	374
Imobilizado	15	16.667	21.397				
Intangível	16	4.551	8.063	Total do passivo não circulante		23.945	4.872
Total do ativo não circulante		60.184	37.173	Patrimônio líquido			
				Capital social	23	16.696	16.696
				Reserva de capital		8.792	8.792
				Reservas de lucros		36.393	72.913
				Total do patrimônio líquido		61.881	98.401
Total do ativo		115.571	153.835	Total do passivo e patrimônio líquido		115.571	153.835

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2017	16.696	8.792	3.339	542	41.583	-	70.952
Dividendos 2017 aprovados AGO	-	-	-	-	21.180	-	(21.180)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	64.838	64.838
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(16.209)	(16.209)
Transferência entre reservas	-	-	-	-	48.629	(48.629)	-
Em 31 de dezembro de 2018	16.696	8.792	3.339	542	69.032	-	98.401
Dividendos 2018 aprovados - AGO 47º	-	-	-	-	(69.032)	-	(69.032)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	54.772	54.772
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(13.693)	(13.693)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	(8.567)	(8.567)
Transferência entre reservas	-	-	-	-	32.512	(32.512)	-
Em 31 de dezembro de 2019	16.696	8.792	3.339	542	32.512	-	61.881

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultado
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita operacional líquida			
Custo dos serviços prestados	25	245.033	240.600
		(112.013)	(99.225)
Lucro bruto		133.020	141.375
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	25	(41.582)	(39.636)
Despesas gerais e administrativas	25	(23.315)	(23.655)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	66	3
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	7.022	(3.082)
		(57.809)	(66.370)
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		75.211	75.005
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27.a	5.950	4.950
Despesas financeiras	27.b	(1.352)	(750)
Resultado financeiro, líquido		4.598	4.200
Resultado de equivalência patrimonial	13	474	-
Resultado antes dos impostos		80.283	79.205
Imposto de renda e contribuição social correntes	22.b	(25.071)	(13.430)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.b	(440)	(937)
Lucro líquido do exercício		54.772	64.838

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	54.772	64.838
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	54.772	64.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		80.283	79.205
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	15 e 16	9.014	11.051
Resultado da alienação de imobilizado		(45)	248
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(66)	(3)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(474)	-
Depreciação sobre direito de uso	14	691	-
Juros sobre arrendamento mercantil	14	575	-
Provisão de bonificação de volume		3.067	3.112
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	(1.267)	963
Atualizações dos depósitos judiciais e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	(585)	(592)
		91.193	93.984
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	8	6.832	(2.795)
Estoques		35	(35)
Partes relacionadas	10	719	(1.028)
Tributos a recuperar		(1.187)	(3.043)
Despesas antecipadas	11	6.305	(1.128)
Outros ativos		14.195	(3.286)
Fornecedores	17	(1.134)	2.737
Obrigações sociais e trabalhistas		(13.004)	(3.503)
Obrigações tributárias	20	3.082	(2.484)
Partes relacionadas		1	(41)
Outros passivos		(12.308)	(2.484)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		94.729	76.894
Pagamento de juros		-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(25.071)	(12.550)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		69.658	64.344
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	15	(6.945)	(2.049)
Investimentos	13	(800)	-
Aquisições Intangível	16	-	(176)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(7.745)	(2.225)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento empréstimos e financiamentos		(81)	(229)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(1)	(11)
Dividendos pagos no exercício	23.d	(107.500)	(74.500)
Pagamentos de arrendamento mercantil	18	(958)	-
Caixa líquido utilizado nas das atividades de financiamento		(108.540)	(74.740)
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(46.627)	(12.621)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	66.666	79.287
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		20.039	66.666

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**1. Contexto operacional**

A Sociedade Radio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia") com sede em Curitiba (PR) presta serviços sob regime de concessão pública não onerosa, de radiodifusão com finalidades educacionais, culturais, informativas, recreativas e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza. Sua atividade principal é a retransmissão da programação da TV Globo para as regiões das cidades de Curitiba e Londrina com base em contrato comercial firmado com a TV Globo. Esse contrato também estabelece pagamento à TV Globo dos gastos relacionados diretamente com as receitas de publicidade veiculadas, tais como participações na receita, comissões e bonificações do volume às agências de propaganda.

A Companhia atua integralmente com empresas no âmbito do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, compartilhando algumas estruturas administrativas, cujos custos são atribuídos às empresas de acordo com critérios definidos em comum acordo entre estas empresas e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados.

As licenças federais necessárias para atividades de televisão são concedidas pelas autoridades governamentais brasileiras e aprovadas pelo Congresso Federal. Estas licenças são concedidas individualmente e por região de atuação, não sendo exclusivas e tendo um prazo pré-determinado, usualmente renovável pelo mesmo período.

2. Base de preparação
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são consistentes com aquelas adotadas e apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela aplicação do CPC 06(R2), Operações de Arrendamento Mercantil, que está em vigor desde 1º de janeiro de 2019. As políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nessas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no período corrente, estão consistentes com o exercício e período comparativos apresentados.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de maio de 2020.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Notas explicativas 5 e 18** - determinação do período de arrendamento e taxas de desconto;
- **Nota explicativa 15** - revisão da vida útil e valor residual e

• **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

5. Mudanças nas principais políticas contábeis
A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019. O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilização do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R2) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2), um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Na transição para o CPC 06 (R2), a Companhia optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para arrendamentos de imóveis nas quais é um arrendatário, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e os contabilizará como um único componente de arrendamento.

b) Como arrendatário

A Companhia arrenda em sua maioria imóveis. Como arrendatário, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade de investimento como "direito de uso de arrendamento". Os valores contábeis dos ativos de direito de uso são os seguintes:

Direito de uso de arrendamento

Ativo reconhecido em 01/01/2019 1.994
Novos contratos 21.699
Depreciação no período (691)

Em 31 de dezembro de 2019 23.002

A Companhia apresenta passivos de arrendamento em "arrendamento mercantil" no balanço patrimonial. Os valores contábeis são os seguintes:

Arrendamento mercantil

Dívida reconhecida em 01/01/2019 (1.994)
Novos contratos (21.699)
Juros apropriados no período (575)
Amortização de arrendamentos 958

Em 31 de dezembro de 2019 (23.310)**(i) Políticas contábeis significativas**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. Quando um ativo de direito de uso atende à definição de propriedade para investimento, ele é apresentado na linha de propriedade para investimento e é inicialmente mensurado pelo custo e subsequentemente mensurado pelo valor justo, de acordo com as políticas contábeis da Companhia.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação, ou prazos indeterminados. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certo de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

Transição

Anteriormente, a Companhia classificava arrendamentos de imóveis e equipamentos como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Os arrendamentos geralmente são contratados por um período de 10 anos. Alguns arrendamentos incluem uma opção de renovação por mais dez anos após o final do período. Alguns arrendamentos são ajustados por índices inflacionários, como IGP-M ou IPCA.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados: - ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial - A Companhia aplicou esta abordagem ao seu maior arrendamento de imóvel; ou - ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de qualquer pagamento antecipado ou acumulado do arrendamento - A Companhia aplicou esta abordagem a todas os outros arrendamentos.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06:

- Aplicou a isenção para não reconhecer ativos de direito de uso e passivos para arrendamentos com prazo menor que 12 meses.
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.
- Utilizou percepção tardia ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato continha opções para estender ou rescindir o contrato de arrendamento. A Companhia arrendava vários imóveis para instalação de antenas e postos de transmissão do sinal de televisão. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamento financeiro conforme o CPC 06(R1). Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do direito de uso do ativo e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e passivo de arrendamento segundo o CPC 06(R1) imediatamente antes dessa data.

6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

7. Principais políticas contábeis**7.1 Receita de contrato com o cliente**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.